



## **PELAS ÁGUAS DA INCLUSÃO: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICAS SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS EM UMA ESCOLA RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA AMAPAENSE**

Adrielle Freitas Borges<sup>1</sup>  
Elane Pereira Santana<sup>2</sup>  
Fernanda Lima Bastos<sup>3</sup>  
Taline do Carmo da Silva<sup>4</sup>  
Miquelly Pastana Tito Sanches<sup>5</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Neste trabalho, apresentamos reflexões com base em nossas experiências formativas como acadêmicas nas atividades inerentes ao projeto de extensão universitário, intitulado, “Pedagogia nas Comunidades Ribeirinhas”, desenvolvido na Escola Estadual Levindo Alves dos Santos, situada na comunidade de Cachoeirinha na Ilha de Santana/AP. Trata-se de um projeto vinculado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Amapá, do *Campus* Santana, que possibilita a prática pedagógica nas comunidades ribeirinhas, visando a reciprocidade do conhecimento para o fortalecimento de múltiplos saberes.

Para tanto, busca-se por meio das reflexões aqui apresentadas, identificar a emergência de processos pedagógicos inclusivos no contexto ribeirinho. A proposta de intervenção pautou-se em abordar as práticas pedagógicas de inclusão, identificando desafios/barreiras que impedem esse processo, cujo ambiente educacional de que se fala, estão marcados por peculiaridades da região amazônica.

Ao discorrer sobre inclusão no ambiente escolar, pode-se dizer que muitos estudos já foram realizados, porém, ainda existem lacunas que precisam ser investigadas, uma vez que, o foco da abordagem, em sua maioria, recai sobre os processos e dinâmicas que acontecem nas escolas urbanas, deixando de lado a atenção para os processos cotidianos nas escolas do campo, especificamente, os modelos de educação aplicados nas escolas situadas nas regiões ribeirinhas, em especial, as que se encontram na Amazônia amapaense.

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá - AP, [dri.freitass01@gmail.com](mailto:dri.freitass01@gmail.com);

<sup>2</sup>Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá - AP, [elanepereira731@email.com](mailto:elanepereira731@email.com);

<sup>3</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá - AP, [fernandalimabastos1@gmail.com](mailto:fernandalimabastos1@gmail.com);

<sup>4</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá - AP, [talineoautor3@gmail.com](mailto:talineoautor3@gmail.com);

<sup>5</sup>Professora orientadora: Mestra em Educação, Universidade Federal do Amapá - AP, [miquellytito@yahoo.com.br](mailto:miquellytito@yahoo.com.br).



Autores como Pletsch e Fontes (2006) afirmam que incluir alunos com necessidades educativas especiais não se resume em apenas matricular o aluno em uma escola de ensino regular, mas é necessário que a escola a partir do seu corpo pedagógico promova a participação, a comunicação e o aprendizado no processo de ensino. E, para atingir esta meta de escola com modelo inclusivo, se faz imprescindível conhecer suas necessidades educativas e, sobretudo, suas potencialidades para preparar um ambiente propício para seu desenvolvimento.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

A realização desse artigo surgiu da indispensabilidade em partilhar com todas as pessoas a experiência enriquecedora que vivenciamos ao trabalhar o tema inclusão em uma escola da região ribeirinha na Amazônia amapaense, o que nos possibilitou conhecer a verdadeira realidade dos/as alunos/as do 5º ano do Ensino Fundamental dentro do seu ambiente escolar.

Os procedimentos metodológicos que foram utilizados na experiência pedagógica, perpassaram inicialmente, pela apresentação de um “cine debate”. Nesta atividade, o filme intitulado, “Conscientização IGA29 - Inclusão” (Curta Metragem) foi reproduzido, em seguida, uma roda de conversa foi introduzida com os/as alunos/as com o propósito de debater a temática abordada no filme.

Dentro das perspectivas do projeto, a atividade em questão tinha como foco principal a discussão dos temas: “inclusão e bullying no ambiente escolar”, e, para além e a partir do Cine debate, outras atividades foram incorporadas, tais como: dinâmicas, vídeos curtos sobre o tema, desenhos e outros círculos de conversas que aproximam o tema às especificidades com que se apresenta a educação no contexto da Amazônia ribeirinha.

No curta metragem, conta-se a história de uma criança deficiente que deseja acabar com as barreiras da solidão, isolamento e bullying, causados pela falta de inclusão na escola. As atividades sucederam-se da seguinte maneira: após a exibição do filme e realização da primeira roda de conversa, realizou-se a dinâmica dos balões. Nessa dinâmica, a turma foi dividida em dois grupos, e cada grupo teria que caminhar com o balão preso ao corpo e sem poder tocar com as mãos até cruzar a linha de chegada, o objetivo era incentivar a ideia de colaboração e convivência em grupo. Depois, intitulada “Para além da fala”, nessa atividade objetivou-se a construção de um desenho de um corpo humano, sem tirar a ponta do lápis do papel em branco.

Por fim, realizamos a aplicação de um questionário para a coordenação e docentes da escola, a fim de discutir sobre a acessibilidade e a inclusão, enquanto tema e prática



indispensável no ambiente escolar, enfatizando indagações na forma como a escola contribui para a promoção e o desenvolvimento desses temas junto aos alunos.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Na atualidade estamos vivenciando a educação inclusiva, que é pautada em um documento de diretrizes elaborado na Declaração de Salamanca, em 1994 na Conferência Mundial sobre Educação Especial, entretanto se consolidou legalmente em alguns países, somente seis anos depois. A educação inclusiva, há quinze anos é uma perspectiva da educação brasileira, segundo Ainscow (2004, p. 23),

A inclusão escolar deve ser ancorada em três aspectos interrelacionados: a presença do aluno na escola, substituindo o isolamento do ambiente privado familiar pela sua inserção num espaço de socialização e aprendizagem; a sua participação efetiva em todas as atividades escolares, a qual não depende apenas de estímulos de colegas e professores, mas do oferecimento de condições de acessibilidade e adaptações curriculares que se façam necessárias; e a construção de conhecimentos, função primordial da escola, e meta a ser perseguida durante o processo de inclusão escolar.

A educação inclusiva na realidade brasileira é um ideal que está estabelecido, e normatizado por legislação oficial, mas que tem muitas dificuldades para se solidificar. O que se vê é algumas escolas recebendo uma grande quantidade de alunos com deficiências distintas e ao mesmo tempo aprendendo com dúvidas, erros e acertos, ou seja, com pouco conhecimento específico sobre as necessidades de alunos especiais, e devido a essa falta de conhecimento, muitos professores não sabem as estratégias que devem ser utilizadas e como adaptar o currículo, para que este aluno possa realmente aprender.

Neste estudo abordou-se a inclusão em uma escola ribeirinha, que está situada dentro do contexto da região norte, na Amazônia amapaense, onde a diversidade é a principal característica da região Amazônica. Tal heterogeneidade é explicada por Almeida (2010, p. 23) ao afirmar que:

[...] este vasto território é habitado por caboclos, garimpeiros, posseiros, ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas, pescadores, coletores, agricultores rurais, colonos, imigrantes, atingidos por barragens, dentre outros povos que (re)constroem o espaço amazônico.



Assim, podem ser considerados como ribeirinhos/as, as pessoas que habitam as margens dos rios, e dele tiram seu sustento em uma relação dinâmica com a natureza. Já para Leal (2018), para a condição da vida ribeirinha, existe uma relação mútua entre o rio e os/as ribeirinhos/as, ou seja, essa reciprocidade, ajuda a preservar o ambiente de subsistência, como também, possibilita a manutenção dos laços comunitários em relação às fronteiras dos rios, principalmente estabelecendo a cultura no uso dos seus instrumentos, que neste caso é traduzido pela mobilidade das embarcações nos rios. De acordo com Canto (2007, p. 18) os/as ribeirinhos/as “vivem do extrativismo, principalmente do fruto do açazeiro, da pesca, da diversificação da produção em que ocorre a contribuição da agricultura, criação de gado, pesca e a cultura de autoconsumo e auto sobrevivência”.

Desta forma, a Escola Estadual Levindo Alves dos Santos, é considerada ribeirinha, porque a comunidade na qual está localizada a escola, reproduz de maneira simples uma relação de dependência com a natureza, retirando dela, o açai e o peixe para a sobrevivência das famílias. A comunidade utiliza o rio como via de transporte para a cidade, para comercialização de produtos e também para o acesso à escola. As suas águas servem para o consumo, higiene pessoal e uso doméstico.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O resultado das atividades foram bastantes satisfatórios, pois o cine debate, teve uma receptividade muito grande por parte dos/as alunos/as, assim como também lhes causou estranheza o uso dos equipamentos didáticos durante as atividades, vale resaltar que a escola não tem acesso a retroprojeter, desta forma, o projeto de extensão “Pedagogia nas Comunidades Ribeirinhas”, disponibilizou os equipamentos para o uso na atividade, o que possibilitou dinâmicas bem mais divertidas e produtivas. De todo modo, os alunos perguntaram bastante sobre o filme projetado, e no final, durante o debate, os alunos entenderam a mensagem que o filme queria transmitir.

Já nas atividades com os balões e desenhos, momento este que os alunos mais se identificaram, tendo em vista que eles precisavam um dos outros para vencer a dinâmica, foi possível perceber que durante as atividades, eles se preocupavam em tentar de alguma forma proporcionar a inclusão de todos na dinâmica, tentando compreender os limites e habilidades de cada aluno.



Os resultados evidenciados nos questionários possibilitou levantar questões sobre o real cenário do acesso a inclusão no ambiente escolar. A escola possui em torno de 40 alunos com necessidades educativas especiais, que cotidianamente vivenciam a falta de políticas públicas inclusivas que lhe são garantidas na Constituição Federal no seu art. 205<sup>6</sup>, e na lei 7. 853/89 no seu art. 2<sup>7</sup>, logo, podemos encontrar problemas também em sua esfera estrutural ao qual a escola não possuía nenhum tipo de acessibilidade para os alunos com deficiência física. Durante a visita à escola, notou-se a ausência do material didático, o laboratório de informática era precário. Esses gargalos, de alguma forma, tiram a possibilidade de trabalhar algo mais lúdico em sala de aula.

Ainda no questionário aplicado à um membro do corpo docente, esse/a relatou: “uma das maiores dificuldades que encontramos hoje para promover inclusão desses alunos com essas necessidades é precariedade do ambiente escolar, falta de mais espaços alternativos que estimulem mais o aluno no seu processo de ensino-aprendizagem” (Professor/a Ribeirinho/a, entrevista realizada em 28 de abril de 2019, Santana, Amapá, às 18:59 horas).

Assim, esse cenário constatado na escola, abre um leque de questionamentos sobre a realidade escolar e a inclusão em regiões ribeirinhas, escolas essas marcadas pela falta de políticas educacionais que promovam a inclusão de alunos/as em sua máxima totalidade. O vislumbre do tema e a realidade local, foram achados que constituem em novas, as experiências educacionais por nós vivenciadas enquanto acadêmicas de Pedagogia da UNIFAP, Campus de Santana, nesses espaços.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este relato de experiência procurou evidenciar como é desafiante a questão da inclusão em escolas ribeirinhas devido as barreiras que dificultam o processo de consolidação e implementação de medidas mais eficazes na educação brasileira. Por outro lado, foi observado durante a intervenção com os/as alunos/as, como é importante a conscientização da comunidade em relação ao/a aluno/a com necessidades educativas especiais, sejam físicas ou não, um

---

<sup>6</sup>Artigo 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (C.F. 1988).

<sup>7</sup>Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.



trabalho que exige um planejamento de formação para a comunidade, afim de que entendam o que é educação inclusiva, qual sua importância e quais benefícios pode trazer para todos/as na escola.

Assim, os/as alunos/as especiais devem estar juntos com outras crianças, tendo todos os seus direitos atendidos. A prática contrária seria retrocesso na lei e na história da educação especial. É importante lembrar neste momento, que já vivemos em períodos tristes da humanidade, onde pessoas com necessidades especiais eram exterminadas, humilhadas e sem direito algum ao acesso à educação, hoje avançamos um pouco mais nesse debate, pode-se dizer que derrubamos uma grande e grossa muralha cheia de concepções erradas.

Acredita-se que os/as alunos/as com necessidades educativas especiais devem estar presentes nas tomadas de decisões não só como ouvinte, mas como agentes que possam estar envolvidos nas discussões sobre uma escola que esteja realmente comprometida com a inclusão, que é um processo em que cada escola vai viver de forma diferente, tentando encontrar o melhor caminho para fazer que todos participem do processo de educação inclusiva e compreendam que a diversidade é positiva, com a ideia que devemos buscar a “igualdade” ou o respeito mesmo na diferença.

**Palavras-chave:** Prática Pedagógica; Inclusão; Comunidades Ribeirinhas.

## REFERÊNCIAS

- AINSCOW, M. **O que significa inclusão?** Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br>>. Acesso em: 19 de fev. 2020
- ALMEIDA, E. M. M de. **Educação Ribeirinha na Amazônia.** São Leopoldo/RS: Oikos, 2010.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRASIL. Lei nº 7. 853, de 24 de outubro de 1989. Lei Ordinária. DOFC, 25/10/1989 p. 1920.
- CANTO, O. do. **Várzea e Vozeiros: a vida de um lugar no baixo Amazonas,** Belém: MPEG, 2007.
- GOLDFARB, A. **Conscientização IGA29 - Inclusão 2018.** (7m57s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ztqaa-NWYQ8>>. Acesso em: 05 maio 2019.
- LEAL, J. L. dos S. **A espera de objetos lançados no rio: impressões sobre os ribeirinhos que coletam às margens do rio Amazonas.** Equatorial, Natal, v. 5, n. 8, jan/jun, 2018.
- PLETSCH, M. D.; FONTES, R. de S. **A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais:** diretrizes, práticas e resultados de uma experiência brasileira. Revista Educar Jalisco. México, n. 37, p. 87-97, 2006.